

Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Início as minhas palavras endereçando uma saudação, especial e sentida, a Vossa Excelência.

Além dos laços de estima e amizade que nos unem, entretidos por anos de trabalho em comum neste Tribunal, ao serviço da cidadania, sei que a Relação do Porto é, será sempre, a sua Casa, entendida como aquele lugar onde “o coração do homem cria raízes”.

Nós, Desembargadores e Funcionários desta Relação, prestamos homenagem àquele que, como juiz e nosso Presidente, tanto prestigiou a instituição, conciliando uma cultura de trabalho árduo, típica das gentes do Porto, com a calidez humanista que tanto o enobrece.

Constitui motivo de reforçado regozijo contarmos com dois diletos colegas deste Tribunal a exercer, por escolha dos seus pares, as mais altas funções do judiciário português; saúdo aqui, vivamente, o Conselheiro Sousa Lameira, Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, nosso Emérito Presidente.

Estamos perante exemplos de Excelência que a todos nos honram e motivam.

Deste modo, o Tribunal da Relação do Porto, orgulha-se, como deixei claro, do seu passado e da sua gente, trabalha, no presente, para moldar um futuro que nos engrandeça junto daqueles - o Povo - que juramos servir.

*

A eleição do passado dia 29 de Setembro constituiu um exemplo de elevação e maturidade democráticas.

Praticamente todos os Juízes Desembargadores exerceram o seu direito de voto; fizeram-no a partir de quatro candidaturas distintas entre si, todas igualmente meritórias no propósito de servir.

Partilho publicamente um caloroso apreço pelos demais candidatos, endereçando-lhes uma genuína palavra de cúmplice saudação.

Vamos, seguramente, trabalhar juntos ao serviço de uma causa maior.

Excelências

Ilustres Convidados

Caros Colegas

Há coincidências extraordinariamente felizes! Magníficas!

Hoje, dia 28 de Outubro, comemoramos precisamente o 60º aniversário do Palácio de Justiça do Porto.

Edifício majestoso, composto por magníficas obras de arte, este Palácio constitui um espaço singular no qual a Beleza, expressa em dezenas de obras, convive, paredes meias, com o mais sublime dos designios, o ideal de Justiça.

Existe uma relação dupla mas incindível entre a Justiça e o Belo, entre o Direito e a Arte; invocando o nosso Presidente cessante Conselheiro Nuno Ataíde das Neves, a quem fraternalmente saúdo com profundo agradecimento pelo seu trabalho à frente desta instituição, perfilam-se como alternativas o tédio do Direito sem Arte e a excelência do Direito com ela.

As novas instalações do Museu Judiciário e a sua reformulação em moldes que acolham o que de melhor existe na área da musealização, a par das múltiplas intervenções no Palácio, procurando a sua permanente valorização estética e artística, serão, naturalmente, prioridades desta Presidência.

A festa dos sessenta anos seguirá nos próximos meses, promovendo externamente esta Casa que é de todos, numa simetria de cooperação com a sociedade civil, reafirmando, com estabilidade e equilíbrio, a estratégia de abertura do Palácio aos nossos concidadãos.

Ilustres Convidados

Estimados Desembargadores

Por esse mundo fora, assistimos à denominada crise da democracia.

O aparecimento de regimes populistas, a compressão de direitos fundamentais nas regiões mais diversas instigada pela pandemia, as tentações distópicas de alguns governos emuladas pelo abuso das tecnologias digitais são marcas evidentes dos perigos que ameaçam o Estado de Direito.

E - sabemos-lo bem - o autoritarismo político sempre se inicia, de forma tentacular, por limitar, restringir, asfixiar a independência do poder judicial, dinamitando o princípio da separação de poderes.

Presenciamos, para além do exemplo penoso e angustiadamente extremo do judiciário turco, como, mesmo no seio da União Europeia, autoridades governamentais de países como a Polónia ou a Hungria desrespeitam normas essenciais dos tratados europeus, perseguindo juizes que, corajosamente, afirmam o seu apego àquilo que geneticamente nos define: a independência, fator primordial da nossa imparcialidade.

Num mundo globalizado, em que a soberania estatal se dilui, os tribunais superiores devem ser geridos a uma escala maior; as recentes decisões do Tribunal Europeu de Justiça, obstando à deriva totalitária do governo polaco, densificando o modo como a organização judicial deve ser construída nos Estados Membros da União Europeia, exige, de todos, um olhar que transcenda fronteiras; cabe-nos a nós construir uma justiça no mundo que salvguarde, em cada região, em cada país, os valores fundamentais do Estado de Direito.

Subindo, degrau a degrau, as escadarias do tribunal, a caminho destas salas simbolicamente majestosas, os cidadãos anseiam, acima de tudo o mais, ser tratados sempre por igual, sem favor ou desdém, no respeito escrupuloso pela lei.

Este Tribunal da Relação, fazendo jus à indómita tradição da cidade invicta, historicamente associada aos valores da democracia liberal, pretende afirmar-se como um local de referência na afirmação desses princípios estruturais.

Nos dias de hoje, o poder judicial enfrenta, não o neguemos, problemas complexos.

As carreiras na magistratura judicial definham perigosamente; a montante, é cada vez mais tardio o ingresso na segunda instância e, a jusante, resulta crescentemente rara, quase residual, em idade cada vez mais próxima da jubilação, a justa promoção ao Supremo Tribunal de Justiça.

Assistimos, nas Relações, a um envelhecimento dos quadros humanos num contexto em que como todos reconhecem, nos são atribuídas responsabilidades acrescidas por força da revisão das leis do processo. Somos, em muitas ocasiões, a última, a definitiva das instâncias, sabendo-se como o escrutínio das decisões judiciais, em particular no que respeita à matéria de facto, é mais numeroso e exigente.

Perante este cenário de paralisação das carreiras, inevitavelmente melancólico e triste, em que a promoção se perfila quase como uma miragem longínqua, vão-se somando os anos, as décadas de dedicação a uma função de extraordinária exigência, sem que o trabalho abraque enquanto a idade, inexorável, avança.

Ao longo de cada ano, as Relações vêm partir colegas para a jubilação, ou para outras tarefas em comissão de serviço, esperando que chegue Setembro para que os que permanecem possam ter quem os acompanhe na resolução dos processos. Se a primeira instância conta com a bolsa de juizes para cobrir falhas, se o Supremo recruta novos conselheiros pelo ano afora, a nós resta-nos a resignada paciência e a esperança em dias melhores.

É, pois, tempo de buscar soluções que incentivem os nossos Desembargadores, em particular os mais experientes, a, realisticamente, aspirar à merecida promoção ou que, ao menos, à semelhança de outras profissões, possam usufruir, à porta da jubilação, do respeito adicional que uma longa carreira justifica, através da adequação do seu serviço à verdade pessoal de cada um deles.

Na vertente de organização e gestão, o Supremo Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Administrativo, os tribunais da relação e os tribunais centrais administrativos foram dotados de autonomia administrativa por um Decreto-Lei que soma já mais de vinte anos, preconizando a adaptação dos serviços de apoio ao regime de autonomia. Tal ocorreu no Supremo Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Administrativo, mas nunca, nunca, até ao dia de hoje, nos demais tribunais superiores.

Urge corrigir esta situação que penosamente se arrasta e encetar um esforço concreto de modernidade, conferindo finalmente tal autonomia.

Mas, os dias somam-se difíceis por outras razões que se agravam.

Impelidos pela politização da justiça, pela pressão demagógica das redes sociais, pelo drama da corrupção e da ausência de integridade na vida pública, assistimos a ataques cruzados às instituições do judiciário.

A espuma dos dias encontra novas formas de empolar o que corre mal através de repetidos casos avulsos; com um frenesim destemperado, multiplicam-se os ataques à magistratura a coberto do recorrente princípio da desconfiança em relação aos tribunais.

No mundo de hoje, o escrutínio dos factos, a racionalidade argumentativa revela-se desinteressante se comparada com o que Mário Vargas Llosa denomina da civilização do espetáculo, que procura o ruído e se entrega à superficialidade.

O poder judicial deve ser transparente e íntegro num esforço permanente que nos cumpre aprofundar.

Mas, numa sociedade tolerante, a autoridade democrática dos tribunais tem que ser salvaguardada; a alternativa ao contraditório próprio do ambiente jurisdicional, assente numa cultura de legalidade, é conhecida: a afirmação, pela força, da lei do mais forte. Entre fortes e fracos, entre ricos e pobres, entre senhor e servo é a liberdade que oprime e a lei que liberta – era já esta a máxima preferida nos idos de 1848 por Henri Lacordaire.

O nosso único compromisso é de serviço à causa pública. Cultivamos a discricção, a contenção, a palavra prudente; sabemos bem que o peru é o único a quem fica bem o pecado da arrogância.

Revemo-nos naqueles que, com equilíbrio e bom-senso, no silêncio dos justos, procuram, nas imortais palavras de Jorge Luís Borges, justificar um erro que lhe foi cometido, preferir que outros tenham razão - porque afinal são esses que, sem o saberem, estão a salvar o mundo.

Porém, não peçam aos juizes que sejam pitorescos figurantes em concursos de popularidade; a nossa tarefa é solitária e, por vezes, caminha em sentido contrário aos fulminantes veredictos dos que recusam a complexidade e tudo julgam, à distância de um clique, numa lógica binária, empobrecedora.

Como proclamava Marco Túlio Cícero, justiça extrema é, afinal, tão-somente, injustiça.

Com humildade, serenos, faremos sempre o nosso trabalho. Com integridade e independência, nunca abdicaremos dos nossos valores fundamentais.

Fica dito, a benefício de inventário, para memória futura.

Excelências

Ilustres Convidados

Estimados Colegas

Criada em 27 de Junho de 1582, há mais de quatro séculos, a então denominada Relação e Casa do Porto deu origem a este que é o mais antigo Tribunal da Relação de Portugal.

Orgulhamo-nos de exibir um tempo médio de resolução de processos que se perfila claramente como um dos melhores entre os nossos congéneres europeus - em 2020, o prazo de decisão foi de 83 dias na média das três jurisdições, cível, criminal e laboral, o que compara positivamente com os 92 dias alcançados em 2015; além de proficiência quantitativa, o número de visitas à nossa base de dados jurisprudencial constitui forte evidência do trabalho qualitativo produzido.

Somos céleres e trabalhamos com qualidade - sabe bem partilha-lo convosco.

O mérito é de todos mas permitam-me uma palavra particular dirigida aos senhores funcionários judiciais; neste sentido, anuncio-vos, em primeira mão, que decorrerá já no próximo dia 11 de Novembro, neste Palácio, uma cerimónia de homenagem ao funcionário judicial, ato simbólico, mas revelador, de reconhecimento do papel essencial por estes efetuado.

Aos Senhores Desembargadores, "alma-mater" desta Casa e artífices deste sucesso, reitero o meu compromisso de uma gestão de proximidade, inter pares, assente na melhoria permanente das condições de trabalho, na transparência de procedimentos e na busca, em permanente diálogo, simples e franco, diria afetuoso, das soluções que melhor sirvam os superiores interesses do Tribunal.

Termino.

Perante um cenário político que anuncia novas e complexas crises, cremos, com Virginia Woolf, que só existe aquilo que é contado.

Por isso, conto-vos que queremos garantir, no plano nacional mas também no âmbito internacional, particularmente na União Europeia e nos países da lusofonia, um compromisso perene com o Estado de Direito, na defesa e garantia dos Direitos Humanos, em linha com a agenda 2030 das Nações Unidas, construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, próximos das questões de género, com o terrível exemplo recente das colegas afegãs, da diversidade, da não discriminação, com um olhar solidário relativamente aos membros mais frágeis da nossa sociedade.

Conto-vos que queremos continuar, com determinação agregadora, o projeto "A Relação com a Cidade", o nosso pacto com a cidadania, com o poder autárquico, aliado sempre presente, sempre ativo, com o Porto - baluarte insubstituível dos princípios liberais - com a academia, com a advocacia, parceiro privilegiado, a cultura, as forças vivas do país.

O rumo está traçado.

Convosco e com a força tranquila da razão, seguiremos o nosso caminho.

José Igreja Matos